

Ives espera que comissão de notáveis seja 'ouvida'

-
- **DIÁRIO DO COMÉRCIO**

Detalhes

Publicado em Quarta, 07 Novembro 2012 21:53

Escrito por Silvia Pimentel



As propostas apresentadas pelo ministro Guido Mantega divergem em parte das sugestões encaminhadas há uma semana ao Senado pela comissão de notáveis. Os 13 especialistas nomeados pelo senador José Sarney discutiram durante seis meses os principais pontos de discórdia entre a União, Estados e municípios no campo tributário. Foram inúmeras reuniões presenciais e virtuais até a apresentação de 12 propostas que visam solucionar os principais conflitos de acordo com a Constituição Federal. Entretanto, não se sabe o destino do relatório de 70 páginas entregue em cerimônia no Congresso Nacional, semana passada.

Em entrevista ao Diário do Comércio, o tributarista Ives Gandra Martins, um dos notáveis, criticou a forma como o governo vem tratando a questão, sem a participação da sociedade. "O contribuinte deve ser ouvido", resumiu.

Qual era o objetivo do presidente do Senado ao propor a criação da comissão de notáveis?

Ives Gandra Martins – Fomos nomeados para reformular a questão do pacto federativo tributário com o mínimo de resistências e o máximo de eficiência. Trabalhamos de graça para o governo e estamos convencidos de que conseguimos preparar um conjunto de medidas para solucionar alguns dos problemas fundamentais da eficiência tributária no Brasil, como a eliminação da guerra fiscal entre os Estados, a adoção de uma política de distribuição royalties do petróleo que respeite a Constituição e universaliza a sua distribuição, novos critérios para a distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e para o reajuste das dívidas dos Estados e Municípios, de forma que seja o menos oneroso para as suas contas.

As propostas praticamente eliminam os principais entraves da política tributária brasileira, alicerçando toda a legislação para uma efetiva reforma tributária. Esperamos que não seja um trabalho inútil.

Qual a sua opinião sobre a proposta de distribuição dos royalties de petróleo aprovada pela Câmara?

Ives – A proposta aprovada é inconstitucional porque desrespeita o artigo 20 do parágrafo 1 da Constituição, beneficiando os Estados produtores e confrontantes em termos de plataformas marítimas. Na comissão de notáveis, costuramos uma proposta que universaliza a distribuição, estendendo-a para outros Estados através da participação da União, sem passar por cima da Constituição.

Qual a sua opinião sobre a apresentação das propostas do governo ontem? Acha que haverá consenso?

Ives – São temas de relevância para o País que deveriam ser discutidos com a ampla participação da sociedade, do contribuinte, que é parte interessada no assunto. O contribuinte deve ser ouvido. De qualquer forma, se o governo conseguir costurar um acordo, os governadores devem acionar suas bancadas no Congresso e chegar a uma solução.

Qual a sugestão da comissão para a correção da dívida dos Estados?

Ives – No momento, a Selic está num patamar baixo, mas pode subir dependendo da inflação. Na comissão, a ideia foi propor um índice menos oneroso. Optamos pela troca do IGP-DI pelo IPCA como índice de correção do passivo. De acordo com dados divulgados pelo Banco Central, a dívida dos Estados caiu de 11,8% do PIB, em dezembro de 2001, para 8,9% do PIB, em dezembro de 2011.

